

Haroldo Hollanda**Governo embaraçado
com a Constituinte**

Sucessivas reuniões promovidas nas últimas 18 horas entre o deputado Flávio Bierrembach e a cúpula do PMDB não permitiram chegar ainda a uma conclusão sobre a orientação a ser imprimida aos diversos aspectos relacionados com a convocação da Constituinte. O deputado Flávio Bierrembach, como todos sabem, é o relator da Comissão Mista do Congresso que estuda a emenda do Governo de Convocação da Constituinte, o que de acordo com sua visão pessoal, permitiu-lhe ouvir sobre a questão os mais diversos setores da sociedade, não só em depoimento colhidos no Parlamento, como em conferências e debates realizados em vários Estados do Brasil, a que compareceu como convidado especial.

Nesses contactos, o relator pôde perceber que se fosse pelo desejo da sociedade civil, a futura Constituinte funcionaria independente do Congresso. Mas essa tese, segundo ainda Bierrembach, não encontra acolhida ou qualquer tipo de receptividade no Congresso, cuja maioria esmagadora é a favor da aprovação pura e simples da emenda do Governo, com alterações que no fundo não a modificariam em sua essência. Reconhece também o relator que se sente numa posição constrangedora, ao dizer que a sociedade civil pretende isso ou aquilo, porque para tanto não dispõe a seu dispor de instrumentos precisos de aferição da tendência desse pensamento. No entanto, faz menção ao fato de que, no período do regime autoritário, obstruídos os canais de comunicação representados pelos partidos políticos, entidades representativas da sociedade civil como OAB, Igreja Católica, ABI e dirigentes de entidades sindicais passaram a dialogar com os governos da época, estabelecendo as primeiras vias de negociação que acabaram conduzindo à abertura completa do regime, inclusive com a devolução do poder aos civis.

Hoje, o Congresso se encontra num processo de reconquista de todos os poderes por ele perdidos no curso dos 21 anos de poder autoritário e aquelas entidades não querem refluir das posições conquistadas. Deputados e senadores de todos os partidos, por sua vez, candidatos à reeleição, não tencionam abdicar dos poderes constituintes do futuro Congresso. Com isso se cria um fosso entre o Congresso e a sociedade civil, de acordo com Flávio Bierrembach, o que no seu entender deveria ser evitado para o próprio prestígio das instituições democráticas. Faz a constatação de que, em consequência da recente campanha da qual se considera vítima, o Congresso perdeu muito em termos de prestígio e credibilidade públicas. E preciso, no entender do relator, encontrar uma fórmula intermediária entre as aspirações da sociedade civil e o que pretendem o Governo e o Congresso, no que diz respeito à convocação da Constituinte, a fim de que ela desempenhe o seu papel com a maior força e representatividade possíveis. Uma das fórmulas sugeridas por Bierrembach seria a da convocação da Constituinte autônoma, cujos integrantes seriam depois submetidos a referendun popular, no curso do qual o povo opinaria a favor ou contra a que continuassem exercendo as suas atividades, posteriormente, como Congresso.

ANC 88

Pasta 10/85-1

013/1985

O problema todo é que nem o Governo nem a maioria dos parlamentares se revelam sensíveis às teses expostas pelo deputado Flávio Bierrembach. O relator previne que não é um homem intransigente e está disposto a colaborar com o líder Pimenta da Veiga, de quem recebeu a missão, embora sem nenhum tipo de prévio condicionamento. Compreende as dificuldades vividas pelo deputado Pimenta da Veiga, como líder do Governo, o qual tende se manter numa posição de equilíbrio, em face das tendências que vai detectando no interior da sua bancada. Bierrembach porém, adverte que se vier a se caracterizar o impasse político, está disposto a cumprir o seu dever para com o Congresso, refletindo no seu parecer o pensamento por ele recolhido durante o período em que desempenhou as suas funções de relator da Comissão Mista do Congresso. Acha que, além da fórmula do referendun, há outras propostas pacificadoras entre o que pensa o Congresso e a sociedade civil, sendo uma delas a dos delegados constituintes.

Funaro contra

O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, já externou informalmente a diversos políticos a sua opinião inteiramente contrária à concessão do 13º salário ao funcionalismo da União, defendido pelo Ministro Aluísio Alves. O ministro da Fazenda acha que não teria condições de resistir às pressões dos prefeitos, que reclamam no momento por transferências de novos recursos financeiros para os municípios, se concordasse agora com a concessão do 13º salário, por ele considerada uma providência de caráter inflacionário.